

ADC054/2017

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.
Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO
COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL E COM O IFRS
E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

30 DE SETEMBRO DE 2017

ÍNDICE

Mensagem da Administração.....	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	5
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração do Resultado do Exercício.....	9
Demonstração do Resultado Abrangente.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	12
Demonstração do Valor Adicionado.....	13
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	14

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel submete à apreciação de V.Sas., relatório da Administração, as correspondentes demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, com objetivo de dar aos acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, mercado financeiro, órgãos públicos e demais integrantes da sociedade, todas as informações necessárias e abrangentes das diversas áreas da companhia, principalmente porque a companhia está buscando viabilizar uma nova estrutura operacional.

O ano de 2017 foi muito difícil para a indústria nacional, contudo é possível destacar uma breve retomada da economia no Brasil, embora a crise ainda esteja presente para a maioria dos segmentos.

Alinhado com sua estratégia de longo prazo e para superar a crise que afetou o mercado em geral, principalmente o segmento de papel e embalagens, a CONPEL entrou com pedido de recuperação judicial, tendo seu processamento deferido em 18/08/2017 através do processamento nº 0800411-61.2017.8.15.0441 com trâmite perante a Vara de Conde, Estado da Paraíba.

Buscando sua retomada no mercado, reiteramos que o objetivo do processo de recuperação judicial é viabilizar a superação da situação de crise econômica financeira, a fim de permitir a manutenção da companhia, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, possibilitando sua total recuperação total.

Embora ainda prematuro, já podemos perceber que a retomada da Conpel está acontecendo, contudo ainda existe a dificuldade em captação de recursos externos, fazendo com que a administração procure parcerias comerciais com clientes, fornecedores e outras instituições de crédito, ressaltando ainda que contratamos a Corporate Consulting, empresa especializada em Recuperação Judicial, com expertise e todas as condições estruturais necessárias à sua reestruturação e recuperação.

Desta maneira, nosso objetivo imediato é que a companhia já sinta os efeitos da reestruturação no último trimestre de 2017 com maior evidência no exercício de 2018, alinhado com as nossas premissas estratégicas de mercado e recuperação operacional.

Destacamos ainda que várias correções operacionais já foram iniciadas nas empresas, inclusive com as melhoras na qualidade, além da forte redução de custos e gastos gerais das companhias. Reitera-se o grande potencial da CONPEL para a produção de outros tipos de papéis, que possuem forte absorção pelo mercado. Diante desse cenário, a CONPEL reformulou toda sua estrutura de custo e operação, pois sofreu com esse impacto tendo a perda de grandes clientes em razão da concorrência acirrada, principalmente porque inúmeros concorrentes aumentaram seu raio de atuação, em função de ampliar seu mercado, vindo principalmente de outros estados vizinhos.

Atualmente o Nordeste do país apresenta grande potencial no mercado de ondulados, justificando desta forma investimentos e ampliação para atender a demanda regional, que tem expectativas de crescimento entre 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) para os próximos anos.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Na unidade de sacarias, o setor cimenteiro apresentou crescimento de 2,4% (dois vírgula quatro por cento) em relação a 2014 e reflete uma tendência de estabilidade para os próximos anos, contudo nos últimos anos, consequência da crise nacional, o mercado da construção civil apresentou forte queda, voltando aos indicadores de consumos de anos atrás. Embora ainda modesto, neste ano apresentou crescimento de 5,8% (cinco vírgula oito por cento) em 2015, auge da crise, percentual acima da média do mercado nacional e justifica a *alavancagem* da estratégia comercial para este segmento.

Na unidade de ondulados (papel, chapas e caixas), foi dada continuidade na consolidação de investimentos, os quais resultaram em ganho de produtividade, com níveis de produção que possibilitaram atender à crescente demanda regional.

Com essas ações, a administração já consegue projetar expectativas bem mais robustas para o ano de 2018, considerando o grande potencial operacional e comercial que a companhia detém, ressaltando sua capacidade em se moldar as necessidades imediatas de mercado e garantindo a todos nossos parceiros a continuidade operacional, estrutural e de recuperação da companhia.

Conde - PB, 30 de setembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
CONPEL – Cia Nordestina de Papel
Conde - PB

Abstenção de opinião

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias individuais da CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.(Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Não expressamos uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais da CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.(Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão de auditoria sobre estas

Informações contábeis intermediárias individuais contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2017.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 750 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 1.226/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores. No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, inclusive neste trimestre, além de apresentar dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa. Possui alto grau de endividamento tributário, com fornecedores e instituições financeiras, o que gera dificuldades na obtenção de novos financiamentos. As demonstrações financeiras apresentadas para o período findo em 30 de Setembro de 2017 demonstram agravamento da situação em relação ao exercício anterior, ao evidenciar queda significativa no Faturamento.

A Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 167.065 Mil em 30 de Setembro de 2017 (R\$ 120.202 mil em 30 de Setembro de 2016). Tais situações remetem a elevado grau de incerteza quanto à capacidade da Companhia de em dar continuidade as suas atividades operacionais.

A Companhia requereu um pedido de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, o qual foi deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde, em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441).

As demonstrações financeiras e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma revisão das informações contábeis intermediárias individuais da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR e emitir um relatório de revisão sobre as demonstrações intermediárias. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2017.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

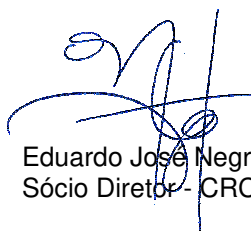
Revisamos, também, as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 30 de Setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de novembro de 2017.

ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Claudio Silva Foch
Sócio Diretor - CRC- RJ- 102.455/O-4 S-PR



Eduardo José Negrão
Sócio Diretor - CRC- PR- 042423/O-6

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO	Nota	30/09/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	3	-
Contas a Receber de Clientes	7	614	1.371
Estoques	8	489	557
Adiantamento a Fornecedores	9	1.039	647
Impostos a Recuperar	10	642	860
Outros Créditos	11	-	8
Despesas do Exercício Seguinte		-	17
Total do Ativo Circulante		2.787	3.460
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	4	11
Empresas Ligadas	12	716	1.178
Outros Créditos	11	871	847
Total do Realizável a Longo Prazo		1.591	2.036
Investimentos		-	-
Imobilizado	14	56.363	61.316
Total do Ativo Não-Circulante		57.954	63.352
TOTAL DO ATIVO		60.741	66.812

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	30/09/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	11.430	10.971
Empréstimos e Financiamentos	16	1.703	9.067
Obrigações Sociais	17	32.734	23.857
Obrigações Tributárias	18	149.804	142.746
Adiantamento de Clientes	19	293	168
Outras Obrigações		374	209
Total do Passivo Circulante		196.338	187.018
NÃO-CIRCULANTE			
Empresas Ligadas	12	11.512	2.939
Impostos Diferidos	20	19.956	20.595
Total do Passivo Não-Circulante		31.468	23.534
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		34.144	35.287
Prejuízos Acumulados		(223.547)	(201.365)
Total do Patrimônio Líquido		(167.065)	(143.740)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		60.741	66.812

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE
2017 E 30 DE SETEMBRO DE 2016

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	30/09/2017	30/09/2016
Receita Operacional Líquida	23	3.263	14.010
(-) Custos do Produtos Vendidos		(5.972)	(18.113)
Lucro Bruto		(2.709)	(4.103)
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	24	(71)	(399)
Gerais e Administrativas	25	(3.706)	(3.050)
Outras Receitas e Despesas	26	(5.620)	(6.463)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(12.107)	(14.015)
<i>Resultado Financeiro</i>	27		
Receitas Financeiras		15	23
Despesas Financeiras		(11.873)	(18.192)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(23.964)	(32.184)
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas		639	493
Resultado Líquido do Exercício		(23.325)	(31.691)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:		(1,29)	(1,75)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E
30 DE SETEMBRO DE 2016**

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(23.325)	(31.691)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(23.325)</u>	<u>(31.691)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2015	22.338	(147.293)	36.445	(88.510)
Resultado do Período	-	(31.691)	-	(31.691)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	868	(868)	-
Em 30 de Setembro de 2016	22.338	(178.116)	35.577	(120.201)
Resultado do Período	-	(23.539)	-	(23.539)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	289	(289)	-
Em 31 de Dezembro de 2016	22.338	(201.366)	35.288	(143.740)
Resultado do Período	-	(23.325)	-	(23.325)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	1.144	(1.144)	-
Em 30 de Setembro de 2017	22.338	(223.547)	34.144	(167.065)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 30 DE
SETEMBRO DE 2016

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(23.325)	(31.691)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	2.011	2.226
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(462)	3.480
Juros Provisão	-	159
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(639)	(493)
Recuperação de Despesas	(945)	(307)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	<u>(23.360)</u>	<u>(26.626)</u>
Clientes	1.218	(2.082)
Estoques	68	1.562
Impostos a Recuperar	226	139
Despesas do Exercício Seguinte	16	(24)
Outros Créditos	(408)	(21)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	<u>1.120</u>	<u>(426)</u>
Fornecedores	459	1.502
Obrigações Sociais e Tributárias	16.880	20.746
Adiantamento de Clientes	126	(159)
Outras Obrigações	166	252
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	<u>17.631</u>	<u>22.341</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>(4.609)</u>	<u>(4.711)</u>
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	-	(51)
Baixa Imobilizado	2.943	-
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	9.035	797
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	<u>11.978</u>	<u>746</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	1.402	35.965
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(8.768)	(31.998)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	<u>(7.366)</u>	<u>3.967</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3</u>	<u>2</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	0	3
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3	5

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 30 DE SETEMBRO DE 2016

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	4.546	20.642
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	639	493
Venda de Ativo Imobilizado	(1.680)	-
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	462	(3.480)
Provisão (Reversão) p/ Contingências	(5.368)	-
Perdas Não operacionais	946	162
Incentivos Fiscais Recebidos	32	701
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(2.253)	(9.763)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(1.599)	(3.810)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(4.275)</u>	<u>4.945</u>
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	(2.011)	(2.226)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(6.286)</u>	<u>2.719</u>
Receitas Financeiras	15	23
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	<u>(6.271)</u>	<u>2.742</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>(6.271)</u>	<u>2.742</u>
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	2.876	4.007
Benefícios	473	739
FGTS	248	553
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
Federais	948	8.281
Estaduais	632	2.598
Municipais	3	-
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	11.873	18.192
Aluguéis	1	63
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do Exercício	<u>23.325</u>	<u>31.691</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifolhados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Durante o exercício de 2017 a Companhia vem mantendo o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis do Exercício findo em 30 de Setembro de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b. Novas normas e interpretações vigendo em 2017

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC's vigendo a partir de 2017 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

e. Instrumentos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- a) Mensurados ao valor justo através do resultado; e
- b) Empréstimos e recebíveis: A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 30 de Setembro de 2017, a Companhia possuía Contas a Pagar à Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

ii. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

f. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

g. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

h. Ativo imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

i. Ativo intangível

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento

inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

j. Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

k. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$

240mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

I. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

n. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

o. Reconhecimento da receita

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,

(iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

p. Benefícios a Empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, odontológica, entre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

q. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

r. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Em 28 de maio de 2014, o IASB emitiu o IFRS 15 - Receita de contrato com clientes, resultado de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma sobre reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contrato com clientes. Esta norma traz duas abordagens para reconhecimento de receita, que pode ser em um determinado momento ou com o passar do tempo, e sua análise está baseada em cinco etapas que devem ser usadas para determinar o valor e o momento em que a receita deve ser reconhecida. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pelo IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação desta norma e comunicará ao mercado oportunamente.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia quando de sua adoção.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Em 30 de Junho de 2017 foram consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- Constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques;
- Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa; e,
- As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a. Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

b. Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

(b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

(d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

(e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

(f) Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes e, portanto, dispensa a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	614	1.371
Depósitos Judiciais	871	847
Total Ativos Financeiros	1.488	2.218
PASSIVOS FINANCEIROS		
Outros Passivos Financeiros		
Fornecedores	11.430	10.971
Empréstimos e Financiamentos	1.703	9.067
Total Passivos Financeiros	13.133	20.038

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	3	-
Total de Caixa e Equivalentes	3	-

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

7. CONTAS A RECEBER

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
Contas a Receber de Clientes	9.438	10.657
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(8.824)	(9.286)
Total de Contas a Receber	614	1.371
Aging List das contas a receber de clientes		
Vencidos	8.931	9.286
A vencer em até 3 meses	507	1.358
A vencer entre 3 e 6 meses	-	13
Total	9.438	10.657

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. ESTOQUES

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
Produtos acabados	171	413
Matérias primas	128	19
Materiais Secundarios	47	43
Outros materiais	91	101
Operações com Terceiros	(255)	(122)
Material recebido para industrialização	307	103
Total de Estoques	489	557

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 30 de Setembro de 2017 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
KELTON DA SILVA PONTES	53	-
ALBUQUERQUE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA - EPP	44	-
FREDERICO MARCOS FIGUEIREDO	43	10
N. VALENCIO & OLIVEIRA LTDA	36	-
FERNANDO IMPERIANO DA COSTA ME	29	29
MANDEL ADVOCACIA	28	-
SIDERQUIMICA IND.E COM.PROD.QUIM. S/A.	25	9
Outros Fornecedores	781	599
Total de Adiantamentos a Fornecedores	1.039	647

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
IRRF	-	-
IRPJ/CSLL Estimativa	87	83
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	113	107
ICMS a Recuperar	56	112
PIS a Recuperar	-	12
Cofins a Recuperar	-	52
IPI a Recuperar	-	99
ICMS sobre ativo imobilizado	25	34
Pagtos. Indevidos a Compensar	70	70
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	291	291
Impostos a Recuperar Circulante	642	860
lcms sobre ativo imobilizado	4	11
Impostos a Recuperar Não Circulante	4	11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. OUTROS CRÉDITOS

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
Outros Créditos	-	8
Total Circulante	-	8
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	871	847
Total não Circulante	871	847

12. PARTES RELACIONADAS

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
ATIVO		
EKN Administração e Participações	903	903
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	6	275
Antonio de Pauli	(193)	-
Total Ativo não Circulante	716	1.178
PASSIVO		
Compet Agro Florestal	2.598	2.158
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	773	781
Antonio de Pauli	8.141	-
Total Passivo não Circulante	11.512	2.939

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS

30 de Setembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Média Taxas de Depreciação		4,00%	5,22%	8,97%	6,89%		9,54%		
Saldo Inicial	6.532	9.758	45.934	295	314	1	114	1.261	64.209
Adições	-	-	24	-	8	-	24	-	56
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(796)	(1.938)	(147)	(41)	-	(27)	-	(2.949)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	6.532	8.962	44.020	148	281	1	111	1.261	61.316
Em 31 Dezembro de 2016									
Custo	7.002	19.911	77.097	4.386	722	31	489	1.352	110.990
Deprec. Acumulada	-	(10.197)	(29.642)	(4.203)	(414)	(31)	(369)	-	(44.857)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.817)
Valor líquido contábil	6.532	8.962	44.020	148	281	1	111	1.261	61.316
Saldo Inicial	6.532	8.962	44.020	148	281	1	111	1.261	61.316
Adições	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Baixas	-	-	(3.731)	-	-	-	-	-	(3.731)
Depreciação	-	(199)	(451)	(27)	(10)	-	(7)	-	(694)
Baixa Depreciação	-	-	788	-	-	-	-	-	788
Saldo Final	6.532	8.763	40.626	121	272	1	104	1.261	57.680
Em 31 Março de 2017									
Custo	7.002	19.911	73.366	4.386	723	31	489	1.352	107.260
Deprec. Acumulada	-	(10.396)	(29.305)	(4.230)	(424)	(31)	(376)	-	(44.763)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.817)
Valor líquido contábil	6.532	8.763	40.626	121	272	1	104	1.261	57.680
Saldo Inicial	6.532	8.763	40.626	121	272	1	104	1.261	57.681
Depreciação	-	(200)	(427)	(19)	(11)	-	(5)	-	(662)
Saldo Final	6.532	8.563	40.199	102	261	1	99	1.261	57.019
Em 30 Junho de 2017									
Custo	7.002	19.911	73.366	4.386	723	31	489	1.352	107.262
Deprec. Acumulada	-	(10.596)	(29.732)	(4.249)	(435)	(31)	(381)	-	(45.425)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	8.563	40.199	102	261	1	99	1.261	57.019
Saldo Inicial	6.532	8.563	40.199	102	261	1	99	1.261	57.018
Depreciação	-	(199)	(426)	(15)	(10)	-	(5)	-	(655)
Saldo Final	6.532	8.364	39.773	87	251	1	94	1.261	56.363
Em 30 Setembro de 2017									
Custo	7.002	19.911	73.366	4.386	723	31	489	1.352	107.260
Deprec. Acumulada	-	(10.795)	(30.158)	(4.264)	(445)	(31)	(386)	-	(46.079)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	8.363	39.773	88	252	0	94	1.261	56.363

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

14. RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2016 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso” atestado pelo Laudo nº 01/2017, feito pelo Eng. Aurilio Lopes Neto com registro no CREA-SP nº 5060202474-D no qual o mesmo atesta que não houve variação relevante durante o exercício de 2016 em relação ao Laudo nº 051/2016, elaborado pela empresa Ferrari Organizações e Avaliações Patrimoniais Ltda., inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, Mantendo a mesma provisão de perdas (*Impairment*) de R\$ 4.817 mil.

15. FORNECEDORES

	Set/2017	Dez/2016
Contas a Pagar a Fornecedores	11.430	10.971
Total de Contas a Pagar	11.430	10.971
Aging List de Contas a Pagar		
Vencidos	10.660	10.316
A vencer em até 3 meses	562	205
A vencer entre 3 e 6 meses	67	63
A vencer de 6 meses a 1 ano	141	387
Total	11.430	10.971

O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

Circulante	Set/2017	Dez/2016
Conta Garantida	-	-
Financiamentos	405	405
Empréstimos de Fornecedores	440	460
Duplicatas Descontadas	858	8.202
Total Empréstimos e Financiamentos	1.703	9.067
Vencimentos		
Em até 6 meses	1.703	9.067
	1.703	9.067

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Indexadores:

Por Indexação

Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

Devido à dificuldade que capital de giro que ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Set/2017	Dez/2016
Salários a Pagar	1.258	652
INSS	16.995	15.118
FGTS	3.582	3.143
IRRF Funcionários	1.622	1.391
Provisões e Encargos	2.285	1.968
Provisão Indenizações	6.001	633
Parcelamentos Previdenciários	790	790
Contribuição Sindical	201	162
Total	32.734	23.857

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante	Set/2017	Dez/2016
ICMS (i)	13	10
PIS (ii)	5.595	5.331
COFINS (ii)	26.752	25.496
IPI (ii)	98.978	94.763
INSS S/ FATURAMENTO (ii)	3.833	3.511
IRRF	39	28
IRPJ	1.816	1.750
CSLL	504	489
Multas Infrações CLT	353	308
ISS	36	36
INSS Retido Fonte	38	38
PIS/COFINS/CSLL	237	179
ICMS Diferencial de Alíquota	20	12
ICMS Dívida Ativa	11.590	10.795
Parcelamento Federal	-	-
Parcelamento Estadual - ICMS (iii)	-	-
Total Circulante	149.804	142.746
Não Circulante		
Parcelamento Estadual - ICMS (iii)	-	-
Total não Circulante	-	-

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (i) No período de janeiro a setembro de 2017 a companhia não se beneficiou do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba, pois nestes meses a empresa apurou crédito no ICMS. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.
- (ii) Com relação aos tributos diretos e indiretos federais e os demais tributos em aberto estão sendo atualizados de acordo com o índice de multa e juros estipulado de acordo com RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata.

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
Cientes Diversos	293	168
Total	293	168
Samuel Junior de Souza	75	75
Riograndense Distribuidora Ltda	49	-
Janaina Aparecida Aarques Diniz	27	27
Pescados Fish Ltda	21	-
Ivone da Silva Gomes	20	10
Outros	101	56
Total	293	168

20. IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
Custo Atribuído	51.733	53.466
Vida Útil	6.961	7.108
IRPJ Diferido (25%)	14.673	15.143
CSLL Diferida (9%)	5.283	5.452
Total	19.956	20.595

21. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>Set/2017</u>	<u>Set/2016</u>
Remuneração de Conselheiros	-	74
Remuneração de Diretores	34	40
Total	34	114

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Set/2017</u>	<u>Dez/2016</u>
Prejuízo Exercício Anteriores	(212.960)	(147.293)
Prejuízo do Período	(10.587)	(23.635)
Prejuízos Acumulados	<u>(223.547)</u>	<u>(201.366)</u>
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	34.144	35.288
Total do Patrimônio Líquido	<u>(167.065)</u>	<u>(143.740)</u>

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Acionista	Espécie/Classe	Qtd	Capital Subscrito	Votante
EKN - Embalag. Kraft NE Ltda.	Ações ordinárias	17.377.638	21.420.235	95,89%
Outros minoritários	Ações ordinárias	744.461	918.106	4,11%
Total		18.122.099	22.338.341	100%

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Set/2017</u>	<u>Set/2016</u>
Papel Kraft	1.672	3.508
Chapa de papelão	767	3.156
Caixas	1.924	10.563
Sacos	331	10.765
Outras Receitas	3	16
Total Mercado Interno	<u>4.697</u>	<u>28.008</u>
(-) Impostos sobre Vendas	(1.283)	(6.631)
(-) Devoluções e Abatimentos	(151)	(7.367)
Receita Líquida	<u>3.263</u>	<u>14.010</u>

Reflete a perda de clientes ocorrida no decorrer do exercício de 2016 e a dificuldade de retomar alguns clientes no primeiro semestre de 2017.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. DESPESAS COM VENDAS

	<u>Set/2017</u>	<u>Set/2016</u>
Fretes	(71)	(353)
Comissões	-	(46)
Total	(71)	(399)

25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Set/2017</u>	<u>Set/2016</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(3.009)	(2.227)
Serviços, Aluguéis	(269)	(210)
Energia, Água e Comunicações	(186)	(252)
Materiais de Consumo	(96)	(93)
Impostos Taxas e Contribuições	(33)	(11)
Gastos Gerais	(113)	(257)
Total	(3.706)	(3.050)

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>Set/2017</u>	<u>Set/2016</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	32	701
Recuperação de Despesas	945	307
Outras Receitas	(1.679)	3
Total Outras Receitas	(702)	1.011
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	462	(3.480)
Prov. Contingencia	(5.368)	-
Outras Despesas	(12)	(3.994)
Total Outras Despesas	(4.918)	(7.474)
Total	(5.620)	(6.463)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS
30 de Setembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Set/2017</u>	<u>Set/2016</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros s/ Aplicações Financeiras	-	-
Juros Mora Ativos	5	9
Descontos Obtidos	-	-
Outros Juros Ativos	10	14
Total Receitas Financeiras	15	23
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	-	(23)
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(2.421)	(3.319)
Juros Mora Passivos	(725)	(1.716)
Juros s/ de Tributo	(8.244)	(11.436)
Multas s/ de Tributo	(289)	(788)
Juros Tributos Parcelados	-	(63)
Descontos Concedidos	(52)	(15)
Despesas Bancárias	(50)	(213)
Outras Despesas Financeiras	(92)	(619)
Total Despesas Financeiras	(11.873)	(18.192)
Total Resultado Financeiro Líquido	(11.858)	(18.169)

Neste terceiro trimestre de 2017 quase todas as contas das despesas financeiras diminuíram se comparado ao mesmo período de 2016, essa variação é consequência da queda das vendas e consequentemente do volume de títulos descontados.

28. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>Set/2017</u>	<u>Set/2016</u>
Natureza		
Depreciação e Amortização	(2.011)	(2.226)
Despesas com Pessoal	(3.597)	(5.299)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(2.253)	(9.763)
Serviços de Terceiros	(1.599)	(3.810)
Outras Despesas Operacionais	(5.909)	(6.463)
Total	(15.369)	(27.561)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(5.972)	(18.113)
Despesas com Vendas	(71)	(399)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.706)	(3.050)
Outras Despesas Operacionais	(5.620)	(7.476)
Total	(15.369)	(29.038)

29. LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

LAJIDA (EBITDA)	Set/2017	Set/2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(23.325)	(31.691)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(639)	(493)
(+) Despesas Financeiras	11.873	18.192
(-) Receitas Financeiras	(15)	(23)
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA (EBIT)	(12.106)	(14.015)
(+) Depreciação e Amortização	2.011	2.226
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	(10.095)	(11.789)

Conde (PB), 30 de setembro de 2017.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente e
Diretor de Relações com Investidores

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3